



Redimensionando o primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT: A eleição de 1998 e a produção de novos sentidos

166

Resizing the first great antagonism between PSDB and PT: The election of 1998 and the production of new senses

Felipe Corral de Freitas¹

Resumo: A eleição para Presidente da República de 1994 marcou o início da relação antagonista entre PSDB e PT. Na disputa pela Presidência da República de 1998 essa relação foi ampliada e redefinida. Com isso, o objetivo deste artigo consiste em demonstrar a construção antagonista entre os discursos produzidos pelas candidaturas de PSDB e PT na eleição presidencial de 1998. Para isso, foram utilizados os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe. Concluimos que a

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Foi Professor Substituto de Ciência Política no Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação de Ciência Política (PPGCPOL) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl). Contato: felipecorral@gmail.com

eleição de 1998 representou uma ampliação da relação antagônica entre PSDB e PT a partir dos mesmos aspectos do da eleição de 1994 e que estudos sobre antagonismos iluminam novas possibilidades de compreensões sobre partidos e eleições.

Palavras-chave: PT; PSDB; Antagonismo; Teoria do Discurso; Eleições.

ABSTRACT: The 1994 election for President of the Republic marked the beginning of the antagonistic relationship between PSDB and PT. In the 1998 presidential race this relationship was expanded and redefined. Thus, the aim of this paper is to demonstrate the antagonistic construction between the discourse produced by the PSDB and PT candidates in the 1998 presidential election. For this, the theoretical and methodological aspects of the theory of discourse of Laclau and Mouffe were used. We conclude that the 1998 election represented an enlargement of the antagonistic relationship between PSDB and PT from the same aspects as the 1994 election and that antagonism studies illuminate new possibilities for understanding parties and elections.

Keywords: PT; PSDB; Antagonism; Discourse theory; Elections.

1. Introdução

A eleição para Presidente da República de 1994 marcou o primeiro grande antagonismo entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) em nível nacional. O ponto nodal deste conflito, verificado a partir dos programas eleitorais veiculados no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), foi marcado pelas disputas de sentidos em torno do Plano Real (Freitas, 2018). Passados quatro anos, a eleição de 1998 recolocou no cenário político/eleitoral PSDB e PT como os principais partidos nessa disputa. E o que é mais relevante em se tratando de análise de discurso, recolocou em disputa o Plano Real.²

Esses fatos políticos só se mostraram a partir da própria dinâmica do processo político e eleitoral que os constituíram. Seguindo a base teórica e metodológica empregada neste artigo, a teoria do discurso inspirada em Laclau e Mouffe (1985), a formação discursiva e a relação antagônica não podem ser compreendidas a priori. Pelo contrário, só podem gerar sentidos no curso de suas constituições. Isso quer dizer que o Plano Real como ponto discursivo/antagônico não poderia ser percebido anteriormente a disputa instituída no HGPE entre as candidaturas de PSDB e PT,

² Os estudos de Soares (1998) e Venturi (2000) também verificaram a recorrência do Plano Real na eleição de 1998. O trabalho de Venturi (2000, 108) indicou o Plano Real como um dos principais fatores do voto em Fernando Henrique Cardoso, como na eleição de 1994.

mesmo que já identificado como tema relevante na eleição de 1998 (Soares, 1998; Venturi, 2000).

Os estudos de Colling (2000) e Miguel (1999, 2002), tratando da eleição de 1998, indicam que essa eleição acabou “silenciada” pela grande mídia ao diminuir ao máximo em sua programação diária a cobertura da eleição, não dando atenção em seus noticiários jornalísticos à agenda das candidaturas (Miguel, 1999, p. 253). Rubim (2002, p. 329), fazendo eco aos achados de Colling e Miguel, aponta que a convergência entre os interesses políticos das grandes empresas de comunicação e a estratégia governamental para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso (doravante FHC) fez com que a eleição para presidente da República de 1998 tivesse seu caráter de disputa política reduzida, causando, com isso, graves prejuízos para a competição eleitoral, para a democracia e para a cultura democrática no país. Além disso, Kucinsk (2000) e Almeida (2000) entenderam que Luiz Inácio Lula da Silva (doravante Lula) deveria ter sido mais enfático em seus programas eleitorais e em suas estratégias de campanha, buscando apresentar um cenário contra hegemônico e não uma aproximação com o cenário dominante (hegemônico) daquele contexto.³

168

Com esse cenário, o objetivo deste artigo consiste em demonstrar a construção antagônica entre os discursos produzidos pelas candidaturas de PSDB e PT realizados durante o HGPE, veiculados pela televisão na eleição presidencial de 1998, que acabou recolocando o Plano Real (como plano econômico) como o ponto nodal desse conflito.⁴ Este renovado retorno ao passado se justifica por quatro motivos: a) esse momento pode ser lido como sendo a reconfiguração do primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT iniciado na eleição presidencial de 1994; b) que pouca ou nenhuma atenção foi dada pelos estudos que envolvem o HGPE à dimensão antagônica nessa eleição em questão (1998); c) que estudos que abordam o HGPE por essa perspectiva iluminam mais um dos aspectos referentes à tomada de decisão do voto por parte do eleitor visto seu caráter desconstrutivista; e d) que a eleição de 1998, para ser melhor compreendida, necessita ser reconectada com a eleição de 1994.

³ Para outras informações sobre a eleição de 1998, ver os artigos de Barreira (1998) e Soares (1998), a coletânea organizada por Rubim (2000), e o livro de Kucinsk (1998).

⁴ Não cabe aqui retomar toda uma argumentação em defesa da importância do HGPE. No sentido que abordamos neste texto, ver Machado (2009), Dias (2013) e Freitas (2018).

Outro aspecto relevante, pouco explorado de forma mais aprofundada, é o fato de o Plano Real e a moeda Real terem proporcionado ganhos reais a população brasileira (Oliveira, 1998, p. 212), o que interferiu diretamente na eleição e nas estratégias das candidaturas. Além das justificativas elencadas, o pleito eleitoral de 1998 foi o primeiro com direito à reeleição (candidato) de forma consecutiva, o que marca sua singularidade, bem como a primeira eleição em que dois partidos e dois candidatos disputam consecutivamente o comando do Executivo Nacional, o que não se repetiu até os dias atuais em se tratando de candidatos. Como este recorte constitui parte de uma pesquisa mais ampla que envolve todas as eleições desde 1994 buscando verificar o conflito político no momento eleitoral, entendemos que tais aspectos nesse contexto específico “sedimentaram” a polarização entre PSDB e PT que, posteriormente, ganhou novos contornos e capítulos. Para isso, foram utilizados os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (Laclau e Mouffe, 2015), enfatizando o conceito de antagonismo, imprescindível para a captura dos sentidos discursivos que aqui serão demonstrados.

169

Estudos dessa natureza e a partir desse marco teórico e metodológico contribuem para a compreensão das dinâmicas eleitorais entre candidaturas expostas no HGPE. Em se tratando do cenário atual, a última eleição para Presidente da República (2018) evidenciou novas “rodadas” antagônicas em torno de modelos econômicos adotados nos governos PSDB e PT e novos atores políticos, como a candidatura de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL).⁵ Nossa contribuição, então, mais do que reforçar a centralidade do Plano Real a partir de um renovado olhar em que buscamos expor a constituição do conflito político a partir do conceito de antagonismo, é a de enaltecer o próprio conflito político e o antagonismo como chaves explicativas da importância do HGPE. Dito de outro modo, a partir de estudos já conhecidos no Brasil em que o HGPE é abordado e reconhecido com momento/instrumento/espço de influência no processo de tomada de decisão do voto por parte do eleitor (Figueiredo, Aldé, Dias, e Jorge, 2000; Figueiredo e Aldé, 2003; Figueiredo, 2007; Mundim, 2010; 2012), ou seja, com capacidade de alterar

⁵Em se tratando deste novo contexto e de um renovado processo antagônico em que o PSDB perdeu espaço, ver o texto de Alves e Martins (2019). Encontra-se em andamento duas pesquisas envolvendo esses aspectos na eleição de 2018.

perspectivas eleitorais, entendemos que o antagonismo emergente entre candidaturas (candidatos e partido) é o ponto sensível dessa influência exercida pelo e no HGPE. O conflito político, antagonicamente instituído, a partir de posições políticas e temáticas específicas, exerce essa capacidade de influência no processo de decisão do voto em virtude do processo de desconstrução de uma candidatura pela outra.

Para tal fim, este artigo está dividido em quatro seções, mais as considerações finais. Na primeira seção serão apresentados os aspectos gerais da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, os quais foram utilizados como ferramentas teórica e metodológica. Na segunda seção será realizada uma rápida contextualização da relação entre PSDB e PT até a eleição de 1998. Na terceira seção será apresentado o discurso produzido pela candidatura do PSDB. Na quarta seção será apresentado o discurso produzido pela candidatura do PT. Por fim, nas considerações finais serão apresentados os resultados objetivos deste estudo.

2. Conceitos e metodologia: A teoria do discurso de Laclau e Mouffe

Para Laclau e Mouffe (2015, p. 181-182), todo objeto é uma formação discursiva em que nenhuma significação pode ser constituída fora disso, ou seja, todo objeto é objeto de discurso. O discurso se forma a partir de práticas articulatórias e significativas que constituem e organizam relações sociais, no qual o linguístico não pode ser visto separado do social, rechaçando toda e qualquer separação entre práticas discursivas e práticas não discursivas, pois o discurso não possui um caráter meramente mental, mas sim material.

Toda configuração social é uma configuração significativa, pois são atribuídos aos eventos sociais diferentes significados. Discurso, deste modo, é entendido a partir de um conjunto de elementos em que as relações desempenham um papel constitutivo na sua simbolização. O campo discursivo é o espaço onde diversas formações discursivas entram em concorrência umas com as outras, formando um jogo de equilíbrio instável. Um discurso se forma sempre na tentativa de dominar o campo da discursividade, buscando, deste modo, se constituir como um ponto nodal, um ponto privilegiado, um discurso hegemônico (Laclau e Mouffe, 2015, p. 187).

A articulação discursiva, para existir, precisa de um exterior constitutivo, e esse exterior constitutivo é a marca do antagonismo, é o discurso antagônico. Isso significa que a relação antagônica dá início à construção de identidades políticas a partir de uma relação com o “Outro”; o antagonismo, marcado pela falta, pelo deslocamento de toda identidade (Laclau, 2000, p.55-56), é a possibilidade da articulação que formará o discurso e, por consequência, se condensará a partir de um ponto nodal. O ponto nodal dessa formação discursiva assume uma característica fundamental na construção do próprio discurso, pois é através dele que se estabelece a união entre os momentos diferenciais.

Assim, o HGPE se constitui como o “campo discursivo” (o campo da discursividade), enquanto que os processos de identificação e disputa pelos sentidos que pautarão a realidade social e política se darão entre PSDB e PT. A disputa discursiva, ou seja, as construções dos discursos aqui trabalhados configuram parte significativa do ambiente do HGPE – do campo da discursividade. No caso deste estudo, portanto, o campo discursivo é constituído pelo HGPE. Nesse espaço, as identidades de PSDB (FHC) e PT (Lula) irão se reconfigurar a partir da disputa política como característica do processo eleitoral. Ou seja, o processo de simbolização se dará na tentativa de construir significados em torno de um ponto nodal.

Um ponto nodal é onde as significações serão articuladas, e é delimitado pelo seu corte antagônico, seu exterior constitutivo, ou seja, em uma disputa discursiva um ponto nodal sempre terá o seu antagônico. Portanto, todo ponto nodal se constitui em uma luta por hegemonia e, neste sentido, quando uma determinada identidade se hegemoniza, esvaziando sua particularidade inicial, se torna, necessariamente, um significante vazio.

Todo discurso busca se hegemonizar, ou seja, uma identidade tenta impor sua particularidade sobre a outra, mesmo que seu sentido nunca seja plenamente constituído; e é disso que decorre a impossibilidade de totalização, a impossibilidade da formação de um discurso pleno. Todo instante hegemônico necessita de uma relação antagônica, pois o momento em que uma identidade particular atinge a hegemonia é precedido por algum discurso que o antagonizava ou ainda se mantém como antagônico.

No espaço do social pode haver vários pontos de hegemonia decorrentes dos antagonismos. Todos os discursos buscam universalizar seus conteúdos particulares, ou seja, toda formação discursiva tem como objetivo expandir seu sentido na busca de se tornar um discurso sistematizador, um discurso hegemônico. Nas palavras dos autores: “[...] a hegemonia emerja num campo atravessado por antagonismo e, portanto, supunha os fenômenos da equivalência e os de fronteira. Porém, inversamente, nem todo antagonismo supõe práticas hegemônicas” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 215).

Para além da divisão do espaço do social em dois polos antagônicos (no sentido do populismo desenvolvido por Laclau (2013)), é preciso compreender a hegemonia a partir da fragmentação e da formação de disputas discursivas específicas. Neste sentido, quando tratamos de uma disputa imersa no espaço do social, mas que não coloca em xeque sua estruturação mais estável (sua hegemonia ainda incontestável), mas sim uma disputa mais “particularista”, é possível identificar dois discursos hegemônicos.

172

O HGPE, por ser um espaço institucional da disputa política eleitoral, possibilita verificar parte significativa das lutas hegemônicas que darão sentido ao social (quem governará e qual plataforma política será seu horizonte). Essas lutas hegemônicas são marcadas pelo antagonismo, ou seja, no caso deste estudo, entre as identidades e as formações discursivas constituídas em torno de PSDB e PT. Assim, o HGPE como campo da discursividade oportuniza o conflito político e disputas por sentidos hegemônicos sem que toda uma estruturalidade política e social sejam colocadas em “xeque” nem mesmo sedimente uma totalidade objetiva, pois a política continua em outros espaços e com outras clivagens que “ameaçam” qualquer hegemonia sedimentada.

Segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 218-219), nenhuma lógica hegemônica pode dar conta de uma totalidade do social, ou seja, nenhuma determinada identidade pode representar o todo social, pois todo processo hegemônico necessita de uma relação de antagonismo. Com isso, todo processo hegemônico tem o seu lado negativo – ou vários, entendidos como pontos de tensão. Além do mais, toda hegemonia se constitui a partir de um antagonismo, tornando-se um significante vazio.

Segundo Laclau, “um significante vazio é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado” (Laclau, 2011, p.67). Um determinado discurso, um ponto nodal, abarca tantos significados de vários momentos que se articularam em torno desse ponto nodal que ele acaba esvaziando suas particularidades e representando outras particularidades dessas identidades articuladas com ele.

Para Laclau (2011, p. 75), o significante pode estar vinculado a distintos significados. Isto significa que demandas diferentes, com sentidos diferentes, se articulam em torno de um ponto nodal, um ponto que teve a sua particularidade universalizada, portanto, tornou-se um significante vazio. Segundo Laclau, o significante vazio, uma diferença particular que assumiu o papel de representação – sem deixar de ter sua particularidade – representa todas as identidades particulares que estão articuladas com esse significante.

A existência de forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras entre elas, que constitui a relação entre equivalência e limite, são marcadas pela relação de flutuação entre elementos que aparecem nesses discursos ainda em formação, o que possibilita a construção de uma hegemonia. Portanto, por meios desses processos são construídos os discursos, sempre numa relação complexa e antagônica.

Para Laclau e Mouffe (2015, p. 202), todo discurso que nega o outro se constitui como antagônico, pois ao mesmo tempo em que ele delimita seu corte antagônico, seu opositor, ele se constitui como “ele mesmo”. As lutas democráticas emergem num contexto marcado por uma dupla característica que pode parecer paradoxal: o campo é relativamente suturado e, ao mesmo tempo, as identidades sempre deslocadas (Laclau, 2000: 37) expressam seu caráter fragmentado. Isso implica a compreensão de que o espaço social é “formado por uma multiplicidade de práticas que não esgotam a realidade referencial e empírica dos agentes que fazem parte dela” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 210-211).

A lógica antagônica possibilita compreender as relações políticas a partir de identificações, demonstrando que tais lutas não resultam de identidades prontas, mas sim as formam. Neste sentido, a realidade social não pode ser simplesmente descrita por relações preestabelecidas, mas sua complexidade aparece no instante em que tais

relações se mostram sempre precárias e contingentes – o momento de suas formações a partir de determinadas disputas por sentidos.

No que se refere aos aspectos metodológicos da teoria do discurso aqui utilizada, bem como a estratégia organizacional propiciada pela mesma, é necessário capturar a formação da realidade construída – neste caso o HGPE e a disputa política eleitoral entre as candidaturas do PSDB e do PT – e nela identificar os elementos dispersos que apresentem regularidades na produção de sentidos em cada formação discursiva a partir da relação antagônica estabelecida, ou seja, as disputas por determinados sentidos. Identificadas as regularidades nos elementos, estes passaram a ser chamados de momentos discursivos, os quais, como já mencionado, serão carregados de sentidos. Realizado este processo, o próximo passo é identificar, a partir da formação dos momentos, o ponto privilegiado dessa formação, ou seja, o ponto que condensa e constitui o discurso, o ponto nodal. Isso identificado, a etapa seguinte é apontar, a partir da relação antagônica estabelecida entre os discursos, a estruturação dessa formação discursiva; a relação antagônica, o ponto de antagonismo, será representada, neste momento, pelo ponto nodal – como já afirmamos no decorrer deste texto, toda relação política se constitui de forma antagônica, ou seja, toda relação de articulação interna de um determinado discurso só é possibilitada por um exterior ameaçador. Este momento é o momento da formação/reconfiguração de identidades a partir de identificações políticas precárias e contingentes; a relação, propriamente dita, estabelecida a partir do antagonismo entre os discursos formados a partir dos pronunciamentos contidos nas candidaturas do PSDB e PT durante o HGPE na eleição de 1998.

Antes de entrar na apresentação dos dados do estudo, fazem-se necessários alguns esclarecimentos em relação à temática antagônica estabelecida entre os discursos da candidatura peessedebista com o discurso da candidatura petista. Temas variados foram significados durante os programas eleitorais do PSDB e do PT veiculados no HGPE durante a eleição de 1998. Saúde pública, educação pública, transporte público, segurança pública e infraestrutura foram temas recorrentes, mas que não apresentaram sentidos contrários entre as candidaturas estudadas. Ou seja, não houve disputas por esses sentidos. Isso quer dizer que ambas as candidaturas, ao

abordar essas temáticas especificamente, apresentaram propostas semelhantes, além de não desenvolver interlocução. Assim, tais temas, por mais diferentes que sejam, não foram simbolizados de forma antagônica entre as candidaturas. Além disso, pontos sensíveis que poderiam servir de subsídios para se pensar e verificar as possíveis diferenças entre as candidaturas, como povo, igualdade, liberdade e o entendimento sobre a função do Estado, o que permearia as temáticas abordadas pelas candidaturas, também não se mostraram diferentes, pelo contrário, apresentaram aproximações em seus sentidos. Deste modo, o “ponto privilegiado” na relação antagônica estabelecida entre as candidaturas na eleição de 1998, o que designa o objetivo deste artigo, foi concentrado, novamente, como na eleição de 1994, em torno do tema “Plano Real”.

Para este estudo foram transcritos e analisados todos os programas eleitorais de PSDB e PT veiculados pela televisão durante o HGPE na eleição de 1998, menos os repetidos. Com isso, a totalidade do material tratado foi de 60 programas eleitorais, sendo 32 do PSDB e 28 do PT. Dos 32 programas eleitorais do PSDB, de forma direta ou relacionada a outros temas, 8 abordaram o tema “Plano Real”; o que corresponde a 25%. Dos 28 programas eleitorais do PT, de forma direta ou relacionada a outros temas, 11 abordaram o tema “plano econômico” relacionado ao Plano Real, o que representa 39,28%.

3. A relação entre PSDB e PT e o contexto da eleição de 1998

Com o afastamento, em 1992, de Fernando Collor de Melo, Presidente da República eleito em 1989 pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), e com a posse de Itamar Franco, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e vice de Collor, após o *impeachment* do então Presidente afastado, no ano de 1993 Lula e FHC foram convidados a compor o “novo” governo que tomava posse. Apenas FHC aceitou o convite, assumindo, primeiramente, em 1993, o Ministério das Relações Internacionais, e, em 1994, o Ministério da Fazenda. Sua principal função era a de desenvolver e executar um novo plano econômico com o principal objetivo de controlar a inflação e estabilizar uma moeda. Assim, em agosto de 1993, começava a ser implementado o Plano Real.

O Plano Real, efetivado durante o processo eleitoral de 1994, acabou sendo o principal “elemento político” na eleição presidencial daquele ano (Mendes, Venture, 1994; Amaral, 1995; Jorge, 1995; Almeida, 1996; Miguel, 1997; Porto e Guazina, 1999; Mendes, 2004; Oliveira, 2005; Freitas, 2018). Um ano antes da referida eleição, o candidato do PT, Lula, aparecia à frente nas pesquisas de intenção de voto. O mesmo quadro de intenção de voto se manteve até o primeiro quadrimestre de 1994, com pequenas variações. Com a implantação da moeda “Real”, em agosto de 1994, e o início oficial da campanha eleitoral e do HGPE, em que o candidato peessedebista se coloca como o criador do “Real”, as pesquisas de intenção de voto já apontavam FHC à frente de Lula (Mendes, Venture, 1994, p. 61-62). Esse reconhecimento do Plano e da candidatura do peessedebista FHC se deu principalmente com início do HGPE, quando o candidato tucano se colocou como o criador do Plano (o “pai” do Real). As intenções de voto apontaram a identificação do Plano com FHC, bem como sua continuidade, como destacou Mendes e Venture (1994, p. 65-66), a principal razão para o voto no peessedebista.

176

Uma das primeiras ações políticas do governo de FHC foi propor o direito a um novo mandato consecutivo. No dia 16 de fevereiro de 1995 o governo apresentou a Proposta de Emenda Constitucional 1/1995 (PEC 1/1995)⁶, que se tornaria a Emenda Constitucional 16/1997 (EC 16/1997)⁷, defendendo a importância de o mandatário ter o direito de concorrer e, se eleito, governar, de forma consecutiva. Então, um ano antes do pleito de 1998, o governo conseguiu aprovar no Congresso Nacional a PEC 1/1995 que permitia a reeleição aos ocupantes de cargos do Poder Executivo, viabilizando, portanto, a candidatura de FHC à reeleição. Uma das principais características da eleição de 1998, então, foi a possibilidade de reeleição (Figueiredo, Ribeiro, 2000, p. 87). Por isso, FHC pode concorrer novamente, e teve Lula, como em 1994, como seu principal adversário político/eleitoral.

Em virtude do sucesso do Plano Real na eleição anterior a de 1998 e durante o governo de FHC, já era de se imaginar que o Plano voltaria como um dos principais

⁶Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=24953>. Acesso: 04 de dez. 2019.

⁷Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm. Acesso: 04 de dez. 2019.

pilares da candidatura tucana. Com o direito garantido de poder concorrer novamente, a estratégia de 1994 se repetiria, ou seja, nomear, mais uma vez, FHC como o “pai” do Real em 1998. Entre outras questões, o que restava saber era como a candidatura petista iria se posicionar em relação ao Plano e a Moeda Real.

Mesmo que a economia já não desses sinais tão positivos como nos anos anteriores ao de 1998, o seu efeito positivo ainda era sentido na sociedade e servia como base de expectativa para futuras melhorias. Até o segundo trimestre de 1998 o Produto Interno Bruto (PIB) apresentava números positivos, caindo apenas na sequência do ano. O mesmo pode se dizer da renda média das pessoas ocupadas, que foi apresentar declínio apenas no meio do ano de 1998 (Azevedo, 2000, p. 36-37). Outro fator, tão importante quanto os outros, se não mais importante, se refere à taxa de desemprego. Conforme os dados apontados por Azevedo (2000, p. 38), no ano de 1998, ano da eleição, a taxa de desemprego crescera em 1,9% se comparada com um ano antes, atingindo o patamar de 5,7%. Deste modo, a macroeconomia, mesmo em declínio, ainda sustentava a construção de um discurso em defesa das conquistas com o Real.

Em relação ao papel da grande mídia tradicional, além dos apontamentos de Miguel (1999), de que a grande mídia deu pouca atenção ao campo político e aos discursos produzidos pelas candidaturas concorrentes nesse pleito durante o período de campanha, Azevedo (2000, p. 40) identificou que a própria mídia entendia que FHC era o mais preparado para enfrentar a crise financeira que começava a afetar alguns países pelo mundo, mas que “ainda” não havia chegado ao Brasil.

Em se tratando da legislação eleitoral, uma importante alteração foi feita em relação à eleição de 1994: o tempo de veiculação do HGPE no rádio e na televisão passou de 60 dias para 45 dias, e alterou os dias de transmissão da propaganda partidária concorrente à Presidência da República.

Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.

§ 1º A propaganda será feita:

I - na eleição para Presidente da República, às terças e quintas-feiras e aos sábados:

a) das sete horas às sete horas e vinte e cinco minutos e das doze horas às doze horas e vinte e cinco minutos, no rádio;

b) das treze horas às treze horas e vinte e cinco minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, na televisão (LEI Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997).

Deste modo, a legislação eleitoral definiu que a duração da campanha eleitoral na televisão para a Presidência da República passaria ser de 45 dias, e o tempo de exibição de 50 minutos diários, divididos em dois blocos de 25 minutos cada. O horário de exibição dos programas se manteve o mesmo em comparação com a eleição de 1994, sendo exibido das treze horas e vinte e cinco minutos até às treze horas e cinquenta minutos; e das vinte horas e trinta minutos até às vinte horas e cinquenta e cinco minutos. Além disso, os dias da semana de transmissão passaram a ser as terças, quintas e aos sábados.

Com relação ao tempo de cada partido no HGPE, as alterações foram substanciais:

Art. 47:

§ 2º Os horários reservados à propaganda de cada eleição, nos termos do § 1º, serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato, observados os seguintes critérios:

I - 2/3 (dois terços) distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram;

II - do restante, 1/3 (um terço) distribuído igualmente e 2/3 (dois terços) proporcionalmente ao número de representantes eleitos no pleito imediatamente anterior para a Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram (LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997).

Relacionando essas alterações na lei eleitoral com o fato de FHC ter conseguido a aprovação junto ao Congresso Nacional da PEC 1/1995, garantindo, em 1997, com a EC 16/1997, o direito à reeleição, demonstra a busca pela manutenção do *status quo* da política nacional, o que, em grande medida, foi demonstrado por Miguel (1999)

quanto ao silenciamento da grande mídia, o que favoreceu sobremaneira a candidatura tucana representada por FHC. Com esse fato, fica evidenciado o alinhamento entre a grande mídia brasileira e a elite política governista. A cobertura da economia brasileira acabou sendo distorcida e inviasada em benefício da candidatura peessedebista, bem como e a crise financeira que “batia a porta” do Brasil foi classificada como internacional e que não afetaria o país, tendo em vista a capacidade administrativa de FHC (Miguel, 200, p. 270; Azevedo, 2000, p. 52).

Outros aspectos mantiveram semelhança com a eleição de 1994, porém alterações importantes propiciaram novas dinâmicas. A coligação em torno de FHC, candidato a Presidência da República em 1994, que teve como vice Marco Maciel, do Partido da Frente Liberal (PFL)⁸, contou com os partidos PSDB, PFL e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O tempo de televisão da candidatura tucana em 1994 foi de 7 minutos e 49 segundos – o maior tempo de exposição no HGPE. Lula, seu principal adversário, tinha como vice Aloizio Mercadante, também do PT. A coligação composta por PT, Partido Popular Socialista (PPS)⁹, Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Verde (PV) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) ficou com 3 minutos e 31 segundos de programação, apenas o quarto maior tempo de exposição.¹⁰ Essa eleição foi definida no primeiro turno, com a vitória de FHC (PSDB), com uma votação de 34.350.021 milhões de votos (o que corresponde a 54,28% dos votos válidos). Lula (PT), que terminou em segundo lugar, obteve 17.112.255 milhões de votos (o que correspondeu a 27,04% dos votos válidos).

Para a eleição de 1998, a candidatura de FHC formou uma coligação que contava com PSDB (partido de FHC), PFL – que tinha Marco Maciel como vice –, Partido Progressista Brasileiro (PPB), PTB e o Partido Social Democrático (PSD), além do apoio informal do PMDB¹¹, partido que fazia parte da coalizão do governo tucano. A candidatura peessedebista obteve o maior tempo de exposição durante a veiculação do HGPE, com 11 minutos e 48 segundos. Já a candidatura de Lula formou coligação

⁸ Hoje Democratas (DEM).

⁹ Hoje Cidadania (CIDADANIA).

¹⁰ Esses tempos foram referentes aos primeiros nove programas de cada candidatura. Com a renúncia de Flávio Rocha do PL, o tempo desse candidato foi redistribuído entre todos os concorrentes. Deste modo, nos 23 programas restantes do primeiro turno, a candidatura do PSDB aumentou seu tempo para 8 minutos e 10 segundos, e a do PT para 3 minutos e 45 segundos.

¹¹ Hoje Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

com PT (partido de Lula), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Comunista do Brasil (PcdoB), PSB e Partido Comunista Brasileiro (PCB). O candidato a vice-presidente dessa chapa era Leonel Brizola, do PDT, candidato à Presidência em 1994. A coligação em torno da candidatura de Lula obteve o segundo maior tempo do HGPE: 5 minutos e 2 segundos. Ao final da eleição, o peessedebista FHC foi reeleito em primeiro turno com 56,03% dos votos válidos, o que correspondia a 35.936.540 milhões de votos. O petista Lula ficou em segundo lugar, com 31,71% dos votos válidos, o que corresponde a 21.475.218 milhões de votos.

4. PSDB: Ampliando os sentidos em torno do plano real

Como na eleição presidencial de 1994, o Plano Real assumiu um “protagonismo” no que se refere às disputas políticas por sentidos, ou seja, foi o tema, dentre todos os abordados, que possibilitou a emergência dos discursos antagônicos. No caso do PSDB, em virtude do “sucesso” do Plano em estabilizar a economia e ampliar o poder de compra da população e ter na imagem de FHC o seu criador, às referências ao Plano foram construídas de forma mais explícitas. Assim, nesta seção serão apresentados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva da candidatura do PSDB para significar seu entendimento em relação ao Plano Real.

Verificou-se na constituição do discurso da candidatura tucana a emergência de dois fluxos de sentidos, os quais foram classificados como momentos: “mudanças positivas com o controle da inflação” e “melhoramento e continuidade do Real”. A relação entre esses momentos originou o discurso da candidatura peessedebista, intitulada “Plano Real: a conquista da estabilidade econômica”.

Momento 1: Mudanças positivas com o controle da inflação

A questão referente ao combate à inflação foi um dos principais tópicos enaltecidos pela candidatura tucana. A relação entre esses elementos discursivos originou o primeiro momento do discurso da candidatura do PSDB. O entendimento sobre o combate à inflação reapareceu – com no discurso de 1994 (Freitas, 2018, p. 568) – a partir de novas regularidades que indicaram novos sentidos, muitas vezes se referindo à política adotada nos quatro anos de governo de FHC.

FHC: Foram 4 anos de muitas vitórias, mas também de muitas dificuldades, porque derrubar uma inflação anual de mais de 4 mil por cento para apenas 4 por cento não foi nada fácil. Este último ano foi mais difícil para todos nós, que tivemos que enfrentar a crise asiática e proteger o Real para que a inflação não voltasse e destruísse tudo que conquistamos. Superamos a crise da Ásia, não perdemos nosso rumo e estamos saindo mais fortes dela. Reconheço que não conseguimos fazer tudo, mas nunca faltou empenho, nunca faltou a vontade de acertar e muitas coisas, o que faltou foi tempo. Afinal, você sabe que não se muda um país desse tamanho em apenas 4 anos. Por isso eu preciso do seu voto, por isso eu preciso de mais 4 anos para defender a estabilidade, para fazer o país crescer e gerar mais empregos. E a cima de tudo, para continuarmos construindo um país justo, sem lugar para a fome e para a miséria (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 18/08/1998).

Conforme o trecho acima, os quatro primeiros anos do governo de FHC serviram para controlar a inflação e manter a estabilidade da economia frente às crises econômicas mundiais. Os próximos quatro anos de governo seriam para defender a estabilidade econômica conquistada com o controle da inflação, fazer o país crescer, gerar empregos e acabar com a fome e com a miséria. Neste mesmo sentido:

181

FHC: Fui eleito presidente com o compromisso de derrubar a inflação e fazer o país avançar em cinco metas. Hoje o Brasil avançou muito, e o nosso mais antigo inimigo, a inflação, está controlada. Agora é hora de continuar avançando e vencer um outro inimigo, o desemprego. Exatamente por isso eu peço a vocês mais 4 anos, porque juntos derrubamos a inflação, e juntos vamos vencer o desemprego (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 20/08/1998).

Reforçando o do controle da inflação nos anos de governo de FHC, sua candidatura à reeleição em 1998 atribui a esse feito a possibilidade de o país almejar novas melhorias, como a geração de emprego. A regularidade de elementos em relação ao controle da inflação aparece ligada direta ou indiretamente ao Plano Real e, com isso, formando, a partir do Plano e do próprio controle da inflação, novos sentidos desse discurso. Como evidenciado por Venturi (2000, p. 105-106), o Plano Real, por ser um dos principais fatores explicativos para o voto em FHC, ainda servia de base argumentativa para a candidatura governista.

LOCUTOR: Para o Brasil crescer e gerar empregos é preciso: 1- manter a estabilidade econômica e política; 2- investir em educação; 3- treinar e qualificar mão-de-obra; 4- atrair investimentos; 5- ter credibilidade internacional. (...). Quem derrubou a inflação, vai vencer o desemprego. Avança Brasil. Fernando Henrique Presidente (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 18/08/1998).

O primeiro ponto enaltecido no pronunciamento do locutor aponta para a manutenção da estabilidade econômica e política como elementos fundamentais para que o país tenha condições de crescer economicamente e gerar empregos; o controle da inflação feito por FHC o credencia como candidato preparado para isso. Deste modo, a política de emprego estaria ligada diretamente ao Plano Real e ao controle da inflação. Portanto, tais elementos dispersos neste contexto específico podem ser compreendidos a partir do próprio Plano, bem como aglutinados à ideia de controle da inflação e às mudanças positivas propiciadas com o Plano.

Outros elementos dispersos nesse campo da discursividade produziram sentidos, a partir dos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PSDB na eleição de 1998, que indicavam as mudanças positivas possibilitadas pelo Plano Real e pelo controle da inflação. A participação de Pelé como convidado nos programas da candidatura do PSDB foi umas das estratégias eleitorais empreendidas, tendo em vista a aceitação do ex-jogador de futebol pelo público brasileiro. Além da aceitação popular de Pelé, que por si só já ajudaria muito na campanha de reeleição, a fala do ex-jogador enfatizou ainda mais determinados elementos que constituíram sentidos em relação aos avanços conquistados com o Plano Real.

PELÉ: O Brasil hoje, sem dúvida nenhuma, é um Brasil muito melhor do que o Brasil de 4 anos atrás. Está aí. Você vê que o povo, de uma maneira geral, o pobre hoje pode programar a vida dele, ele pode comprar as coisas, ele pode comer e isso, acredito, foi um passo muito grande (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 22/08/1998).

Nesse mesmo sentido:

LOCUTOR: É só conversar com as pessoas nas mais diversas regiões do país que cada uma vai contar uma história de como a vida delas melhorou nos últimos 4 anos, e de como este governo colocou as

pessoas em primeiro lugar (...) LOCUTOR: Revista Veja – o Plano Real se tornou o maior investimento social que o governo poderia fazer. Revista Exame: o Brasil ficou menos injusto, houve uma migração de dinheiro que estava nos bolsos dos brasileiros mais abastados para o bolso dos mais pobres (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 18/08/1998).

A aplicação do Plano Real durante os quatro anos de governo FHC, segundo pronunciamento realizado em seu programa eleitoral, reorganizou a economia do país e pôde, depois dessa atitude vinculada à esfera econômica, colocar as pessoas em primeiro lugar. Tal ação, no sentido atribuído pelo locutor da candidatura tucana, se caracterizou por ser o maior investimento social e assumindo um grande caráter de justiça social. Os sentidos “discursivos” e os sentidos retóricos produzidos pela candidatura peessedebista para os empresários visando sua reeleição (Soares, 1998), podem ser percebidos também como parte integrante de um discurso mais ampla, em que busca um diálogo com toda sua base eleitoral.

183

Até aqui verificamos o primeiro momento do discurso construído pela candidatura do PSDB na campanha eleitoral de 1998, simbolizado a partir da ideia de “Mudanças positivas com o controle da inflação”.

Momento 2: Melhoramento e continuidade do Real

As características positivas do Plano Real reaparecem nesse momento discurso, agora carregadas de novos sentidos em relação ao Plano. Assim, tais elementos originam outros sentidos em relação ao melhoramento e a continuidade do Real.

FHC: Eu estou de olho no Real, eu estou de olho na estabilidade. Eu tenho certeza de que eu não vou ser julgado pela história se estiver de olho em 4 de outubro. Eu estou de olho em interesses permanentes do Brasil, eu estou disposto tomar as decisões, aceitar e assumir as decisões que vierem a ser necessárias para preservar o valor do Real que é o salário do trabalhador (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 12/09/1998).

Elementos como a preservação do salário do trabalhador, manutenção da estabilidade, interesses do Brasil e preservação do valor do Real são identificados, a

partir do excerto acima, como sentidos que vão ao encontro da ideia de continuidade do Real. Além do mais, a percepção do esforço feito pelo Presidente da República naquele momento, que também era o candidato à reeleição, a partir de seu pronunciamento, indica a relação direta entre a própria candidatura com a manutenção do Real. A “ideia”/sentido de manutenção do Real, que constitui o discurso da candidatura tucana, ultrapassa o diálogo direcionada para um determinado grupo da sociedade, como os empresários (Soares, 1998), chegando de forma homogênea e estruturada, a partir do HGPE, para uma gama de eleitores com posições econômicas e culturais heterogêneas, tendo em vista a importância do Real para a sociedade brasileira (Venturi, 2000) como um elemento de esperança de melhoria na qualidade de vida.

Na passagem a seguir, outros elementos apontam para a mesma direção, fazendo emergir novos sentidos.

184

FHC: Em 94 assumi um compromisso com você: derrubar a inflação e proteger o Real. E foi isso que fiz. Nesta eleição, renovo esse compromisso, fazer tudo para proteger o Real e o salário no seu bolso. Comigo as coisas são claras, e a inflação não volta. Sem sustos e sem surpresas vamos manter a estabilidade, manter nosso rumo e continuar lutando para fazer do Brasil uma nação melhor para todos os brasileiros (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 22/09/1998).

Esta passagem evidencia a relação construída entre FHC e a ideia de melhoramento e continuidade do Real, na qual seus sentidos vão desde o controle da inflação até a importância de sua continuidade para garantir que a inflação não retorne. Neste mesmo sentido, FHC afirma o seguinte em seu programa:

FHC: O Brasil está sofrendo com a crise mundial, é verdade. O mundo inteiro está. O governo teve que tomar medidas duras para proteger o Real, é verdade. Mas é melhor que aumentem temporariamente os juros do crediário, do que perder o Real. Aí sim, vai aumentar o aluguel, o arroz, o feijão e a gasolina. Comigo a inflação não volta, comigo não tem pacote, comigo as coisas são claras. Eu protejo o Real para proteger seu salário, seu poder de compra (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 22/09/1998).

Conforme a passagem acima, a crise econômica mundial fez com que o governo tucano tivesse que tomar medidas duras e menos “populares” para garantir a continuidade do Real, como o aumento da taxa de juros. Tal ação fez com que a inflação não voltasse, segurando o poder de compra dos salários. Aqui podemos verificar que o aumento da taxa de juros serviu de suporte argumentativo para sustentar a manutenção do Real, bem como seu melhoramento em longo prazo (futuro). A defesa do Real e seu melhoramento e manutenção é, segundo o pronunciamento do candidato peessedebista, o caminho para manter o poder de compra dos assalariados e a possibilidade de uma futura baixa das taxas de juros. Deste modo, outros elementos apontam sentidos que ligam o melhoramento e a continuidade do Real à candidatura tucana, fazendo um pronunciamento de “mea culpa” e projetando melhorias com a continuidade do Real.

Complementando, conforme o referido discurso, o Plano Real ampliou ainda mais os horizontes do país, possibilitando o melhoramento da infraestrutura do Brasil a partir de novos investimentos.

185

LOCUTOR: Ele derrubou a inflação e nos deu uma moeda forte. Com a estabilidade, atraiu investimentos e realizou grandes obras que estão espalhando indústria e desenvolvimento pelo país. E agora ele quer avançar. O homem que derrubou a inflação está preparado para vencer o desemprego (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 08/09/1998).

Então, o fato de o Plano Real ter conseguido derrubar a inflação e consolidar uma moeda forte no Brasil, propiciando a tão esperada estabilidade econômica, também conseguiu criar um ambiente favorável para que novos investimentos fossem feitos na infraestrutura do país, incentivando a realização de grandes obras e possibilitando o desenvolvimento industrial no Brasil. Tais elementos dispersos constituíram sentidos atribuídos às melhorias propiciadas pelo Real criando, ainda, um horizonte futuro de mais melhorias, como o combate ao desemprego, uma nova meta do então presidente e candidato à reeleição. Neste mesmo sentido, de combate ao desemprego, FHC afirma o seguinte:

FHC: Meus amigos e minhas amigas, a estabilidade da economia e a geração de empregos são os dois grandes desafios desse final de século. A maioria das nações do mundo, das mais desenvolvidas a emergentes, luta contra esses problemas. E se fossem problemas fáceis de resolver, tantas nações, tantos chefes de Estado e tantas economias, não estariam às voltas com eles. Com o Brasil não é diferente. Demos um grande passo, vencemos a inflação, o que foi fundamental, pois não há no mundo quem não tenha resolvido seus problemas sem resolver antes o problema da inflação, e a estabilidade é essencial para resolver o problema do desemprego. Quando lutávamos contra a inflação, já lutávamos contra o desemprego. O número de empregos criados no Brasil, a partir do Real, resolveria completamente o problema do desemprego em países como a Espanha ou a França. Só que o nosso país tem 160 milhões de habitantes, e qualquer problema no Brasil ganha o tamanho do Brasil. É muita gente trabalhando, muita gente nascendo, muita gente procurando emprego. Quem diz que pode resolver esse problema da noite para o dia num passe de mágica, não sabe o que diz ou não está dizendo a verdade. E quem disser que a estabilidade é a culpada pelo desemprego está sendo irresponsável. Só num país com estabilidade, com regras claras da economia, onde as empresas e as pessoas possam planejar suas vidas é que é possível criar as condições para se gerar empregos. Tudo que coloca em risco a estabilidade, que a afugenta ou desestimule os investimentos, não resolve o problema do desemprego. Emprego se cria com estabilidade econômica e política. Emprego se gera atraindo investimentos. Emprego se gera com obra e infraestrutura, para espalhar o investimento por todo país. E é mantendo esse rumo, fazendo o Brasil avançar que vamos gerar 7 milhões e 800 mil novos empregos para os brasileiros nos próximos 4 anos (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 08/09/1998).

Tais elementos dispersos no campo da discursividade instituído pela disputa política contida no HGPE produziram sentidos que apontam na direção de um momento que enfatiza tanto as melhorias atuais como as melhorias futuras, além da necessidade de continuidade do Real. Isto feito, podemos perceber o segundo momento discursivo construído na candidatura do PSDB na campanha eleitoral de 1998, simbolizado a partir da ideia de “Melhoramento e continuidade do Real” como estruturante do discurso da candidatura peessedebista.

As conquistas com o Plano Real

Como em 1994, a campanha político-eleitoral da candidatura de FHC em 1998, veiculada no HGPE, colocou o Plano Real como tema central. Na eleição de 1998 a candidatura tucana aglutinou novos sentidos em torno do Plano Real, o definindo, como em 1994, como “elemento fundamental para retirar o Brasil da instabilidade econômica causada pela hiperinflação e como o passo primário para que o país pudesse “cuidar” dos brasileiros” (Freitas, 2018, p. 575). O discurso de conquistas com o Plano Real conseguiu dialogar com empresários (Soares, 1998), no sentido de garantir a estabilidade econômica visando novos investimentos e possibilitando, com isso, um maior desenvolvimento econômico, e com o eleitorado de forma ampla (Venturi, 2000) informando que com o Plano as pessoas melhorariam suas condições de vida, como o poder de compra.

A partir da regularidade desses elementos e dos sentidos gerados nesse processo de regularidade, ficou caracterizada uma “renovada” defesa do Plano por parte da candidatura peessedebista. Deste modo, foi possível perceber que determinados sentidos apresentavam similaridades. Então, as relações entre essas similaridades geradas por regularidades na dispersão foram aglutinadas a partir da identificação de formações de momentos discursivos.

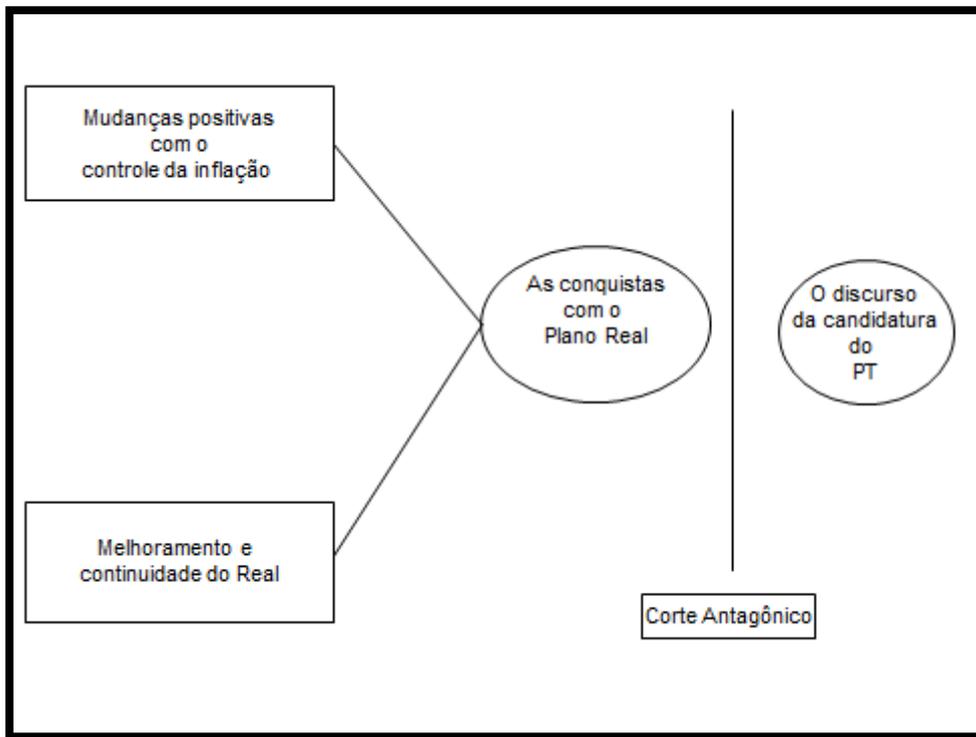
O primeiro momento identificado foi “mudanças positivas com o controle da inflação”. Neste momento discursivo, o principal ponto defendido foi o de que o Plano Real ainda se constitui como a saída para controlar a inflação e manter a estabilidade econômica, altamente ligada, conforme os pronunciamentos da candidatura tucana, ao próprio combate à inflação. Assim, foi defendido o efeito rápido que o Plano exerceu nas vidas das pessoas a partir da estabilidade dos preços e a ideia da importância de manter a “vigília” para que a inflação não retornasse.

O segundo momento percebido foi “melhoramento e manutenção do Real”. Os principais pontos defendidos aqui foram as conquistas que o Plano Real possibilitou e a importância de sua continuidade. Em 1994, Freitas (2018, p. 573) verificou que as conquistas imediatas possibilitadas pelo Plano Real, como a estabilidade dos preços e a queda da inflação, bem como a importância da continuidade do Plano Real comandado por FHC para que se pudessem efetivar as conquistas imediatas que o

Plano havia possibilitado, assumiram centralidade nesta argumentação. Em 1998, numa segunda conjuntura, foi possível verificar que as conquistas proporcionadas pelo Plano indicavam mudanças iniciais que seriam ampliadas com a continuidade do governo de FHC a partir de políticas que iriam contemplar outras áreas, como a social. Também foi verificado que os elementos constituidores de sentidos referentes à manutenção do Real iam ao encontro do entendimento de que era necessária a continuidade do Plano e do governo num outro contexto em que a inflação já tinha sido controlada – no entanto ainda era preciso tomar cuidado – e a manutenção do Real seria para garantir conquistas em outras áreas, pois ainda era preciso tomar conta para que não acabassem com ele – o sentido de que não iriam fazer nenhum novo plano econômico. Então, neste entendimento, as melhorias já estavam sendo pensadas visando à continuidade do Plano Real.

Compreendida a estruturação dos momentos e seus sentidos, foi identificada nos pronunciamentos da candidatura tucana nas eleições de 1998 a recorrência argumentativa em torno do Plano Real que, organizada a partir dos momentos “mudanças positivas com o controle da inflação” e “melhoramento e continuidade do Real”, constituiu o ponto nodal “Plano Real: a conquista da estabilidade econômica”. A Figura 1 apresenta de forma sistematizada e organizada a formação do discurso da candidatura do PSDB, tendo em vista sua relação antagônica com o da candidatura do PT, que será apresentada na próxima seção.

Figura 1 - Discurso da candidatura do PSDB na eleição de 1998.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1998).

189

5. PT: A política econômica (do Plano Real) no governo FHC

Nesta seção serão apresentados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva da candidatura do PT na eleição presidencial de 1998 para significar seu entendimento em relação ao plano econômico (do Plano Real), que, novamente, como na eleição de 1994, se constituiu como o ponto nodal dessa relação antagônica nesse novo contexto.

Foi possível verificar dois fluxos argumentativos que constituíram sentidos em relação ao plano econômico (do Plano Real) abordado pela candidatura do PT, e que explicitaram a relação antagônica entre as candidaturas aqui tratadas. São eles: “política eleitoreira e limitada (do Plano Real)” e “aperfeiçoamento da política econômica (do Plano Real)”.

Momento 1: Política eleitoreira e limitada (do Plano Real)

Se em 1994 a candidatura petista entendia que o Plano Real tinha caráter eleitoreiro (Freitas, 2018, p. 578-579), em 1998 a recorrência de elementos que

indicam sentidos em relação ao Plano Real e a forma como a candidatura tucana se valia do Plano apresentou continuidades. Com novos sentidos em relação ao plano (econômico), a interpretação de ser um plano ainda eleitoreiro se manteve.

LULA: Há tempos venho alertando que a nação não pode ficar dependente do capital externo. A crise é mundial, mas não atinge todos os países com a mesma intensidade. Há governos que se preocupam em proteger seu povo, e outros, como o governo brasileiro, que agiram de maneira irresponsável, abrindo mão da independência e da soberania do país. Esse governo expôs perigosamente o Brasil à ganância dos especuladores internacionais com a sobrevalorização do câmbio, os juros altos e as importações indiscriminadas. Adotou esse caminho em prejuízo da poupança interna, da produção industrial e agrícola e do crescimento das importações. A consequência mais dramática dessa política é a quebra da indústria, da agricultura e do desemprego em massa, o maior dos últimos anos. Tudo indica que a situação está chegando ao limite, e o que é mais grave é que o governo oculta a profundidade da crise em função de seus interesses eleitorais. (...) A situação em que o país foi colocado exige um novo governo corajoso, responsável, que recupere a soberania e a independência do Brasil. Um novo governo que defenda o que a Nação tem mais de importante, o seu povo (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 29/08/1998).

190

É possível verificar no pronunciamento de Lula uma “denúncia” contra a forma com que o governo tucano estava conduzindo a política econômica brasileira. Como verificamos na seção anterior, em que a candidatura de FHC defendia o Plano Real, aqui a referência, crítica, não se dá de forma aberta em relação ao Plano, mas sim em relação à política econômica implementada pelo governo peessedebista; *mutatis mutantis*, a candidatura petista estava tratando da política econômica do Plano Real. Tanto Almeida (2000) como Kucinsk (2000) chamaram a atenção para a demora que a candidatura petista teve em visar uma desconstrução mais afrontosa do sentido hegemônico construído em torno do Plano Real, e da desconstrução da própria candidatura em torno de FHC. De fato, e concordando com os apontamentos de Almeida (2000, p. 166-167), em que o autor indica as fases do posicionamento do partido durante a campanha eleitoral – enfatizando o espaço do HGPE –, os programas

eleitorais do PT só se dedicaram numa empreitada mais ofensiva à candidatura peessedebista depois que, em grande medida, o sentido positivo construído em torno do Plano Real já estava ligado à candidatura de FHC. Como identificado na passagem anterior, e como veremos na passagem a seguir, as críticas ainda apareciam veladas.

LOCUTOR: Na maioria dos jornais, revistas e na TV, a miséria da seca acabou faz tempo. Mas no Brasil de verdade (...) 32 milhões de pessoas passam fome. Enquanto isso, no país das maravilhas, Fernando Henrique pede mais 4 anos para resolver os problemas sociais (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 20/08/1998).

191 Verifica-se no excerto acima o sentido de “mentira” construída pela candidatura (e governo) de FHC a partir da ideia de “país das maravilhas”. A promessa de estabilizar a economia e de controlar a inflação de forma duradoura e estável desenvolvida pela candidatura tucana em 1994 (Freitas, 2018, 573) serve como ponto de crítica à intenção da candidatura tucana em 1998 pedir mais quatro anos para resolver os problemas sociais. No entanto, com bem identificado por Almeida (2000) e Kuconsk (2000), a dinâmica das críticas não eram suficientes no sentido de apresentar um projeto político e econômico diferente do atual governo e concorrente à reeleição. Numa outra passagem, a ideia de mentira reaparece no pronunciamento da candidatura petista a partir da fala do locutor, agora ligada de forma mais direta à questão da economia e à estratégia adotada durante o governo de FHC.

LOCUTOR: O governo Fernando Henrique arrastou o Brasil para a maior crise de todos os tempos, e ainda mente pra você. O governo aumenta os juros para 49,75% e baixou a cabeça, mais uma vez, para os especuladores (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 12/09/1998).

Como se tratava da candidatura à reeleição de FHC, muitas das críticas desenvolvidas pela candidatura petista aparecem se referindo ao seu governo. Os dois elementos citados pelo locutor do programa do PT (Brasil em crise e governo mentindo para o cidadão/eleitor) podem ser identificados como geradores de sentido em relação ao plano econômico (do Plano Real), bem como em relação às “mentiras” contadas pelo governo FHC tal como pela posição do candidato à reeleição, a partir da

identificação de regularidades que apontam relação com entendimento da política adotada pelo governo tucano e seu reflexo na sua candidatura: crise econômica construída pelo governo FHC e mentiras sobre tal crise. Tanto a mentira como a crise se referem às promessas de estabilidade econômica e controle da inflação, o que se completa com a afirmação do aumento dos juros e controle dos especuladores sobre a economia estruturada pelo governo peessedebista.

Um pouco diferente da eleição de 1994, em 1998 as críticas feitas em relação ao Plano Real de forma direta pela candidatura petista são mais amenas e menos radicais em relação ao próprio Plano. Mesmo que na eleição de 1994 a candidatura petista não tenha se colocado de forma contrária à ideia de um novo plano econômico, suas críticas ainda assim se remetiam à estruturação do Plano Real (Freitas, 2018, p.583-584).

Em outra passagem, outros elementos que se referem à ideia de mentira apresentam novos sentidos que se ligam ao entendimento do plano eleitoreiro, agora indicando a possível desvalorização do Real.

LOCUTOR: Gente, nem o Ministro da Fazenda acredita nele (FHC), o Ministro dele. Só com mais impostos é possível Fernando Henrique ter dinheiro para o social, diz Pedro Malan. O Presidente do Banco Central, Gustavo Franco, diz: não há recursos para a área social. Até o banco americano JP Morgan diz que se Fernando Henrique for reeleito vai haver um grande aumento de impostos e desvalorização do Real (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 20/08/1998).

Ainda se mantendo no centro do debate político/eleitoral nas eleições de 1998, a estabilidade da economia que seria propiciada pelo Plano Real nas eleições de 1994 não chegou, segundo o programa eleitoral do petista Lula apresentando no HGPE. Assim, a campanha de Lula apresenta novos sentidos em relação à estratégia eleitoreira que envolve o Plano neste novo momento político. Um dos principais fatos é a fala contraditória de FHC e de seu Ministro da Fazenda Pedro Malan. FHC, durante a campanha de 1998, acabaria sendo desmentido pelas afirmações de Malan que indicavam a necessidade de aumento de impostos e a falta de recursos para investimentos na área social. Ainda em meio a todas as contradições, a desvalorização

da moeda Real era um fato esperado, tendo em vista a política adotada pelo então governo que ainda não admitia tais medidas.

Portanto, o aumento da dívida externa do Brasil, o aumento da importação, o pagamento de altas taxas de juros, a falta de uma política para defender a indústria do país, a agricultura e o povo, além de criar um mundo de fantasia que leva à insegurança e mantém o país dependente do capital externo, são elementos que atribuem sentidos à visão negativa da política adotada pelo governo de FHC, segundo o programa eleitoral de Lula. Os sentidos atribuídos ao “plano eleitoreiro e limitado (do Plano Real)” vão desde o caos estabelecido pelo atual governo a partir de suas mentiras, passando pelo seu despreparo e desorientação com o atual quadro político econômico e concluindo com sua estratégia eleitoreira que ilude o povo gastando as reservas do Brasil para se reeleger.

193

LOCUTOR: O Presidente Fernando Henrique, no seu pronunciamento de ontem, avisou que vai haver cortes na área social e um ajuste fiscal com provável aumento de impostos. Ele não diz que isso é um pacote, mas você sabe que é, e sabe que depois disso vem mais recessão e desemprego (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 24/09/1998).

Deste modo, as mudanças feitas pelo plano econômico (do Plano Real) são identificadas no discurso de campanha de Lula do PT como negativas, pois o governo faria cortes na área social e aumentaria os impostos a partir do “pacote” que era previsto logo após as eleições. Finalizando os sentidos da “política eleitoreira e limitada (do Plano Real)”, a fala de Lula faz uma retomada sobre seus principais aspectos.

LULA: Ontem você assistiu o discurso do Presidente da República. Com a conivência de grande parte da imprensa, tudo não passou de um estelionato eleitoral. O Presidente, que vivia dizendo que a crise era mundial, finalmente assumiu que a crise também é brasileira, mas pôs a culpa nos governos estaduais, nos municípios, no Judiciário, no Legislativo e até no salário dos funcionários públicos. Em nenhum momento assumiu sua própria culpa. Ele, que já dobrou os juros, agora ameaça com aumento de impostos. Quer mais uma vez que o povo pague a conta. Ele não tem coragem de dizer a

verdade, porque está de joelho diante dos banqueiros. Ele já tem compromisso com o FMI. O FMI, que já quebrou a Tailândia, a Coreia, a Indonésia e a Rússia. Essa receita pode, também, quebrar o Brasil. Só este ano o governo vai pagar 65 bilhões de reais de juros. Isso daria pra construir mais de 4 milhões de casas populares, daria para assentar todas as famílias de sem-terra do Brasil, é mais do que gastamos com a Previdência social, mais do que se pagou de salário neste país em um ano. Se o Presidente não tem coragem de dizer aonde leva esta política, eu vou dizer: quebração da indústria, e na agricultura mais desemprego. Tem que ser feito é baixar os juros, investir na produção e limitar as importações. O presidente não faz isso, porque o compromisso dele não é como o povo, o compromisso dele é com os agiotas internacionais (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 24/09/1998).

194

Como contraponto antagônico ao que era apresentado nos programas eleitorais de FHC, esse momento busca desconstruir as informações e a realidade construída pelo seu oponente. Assim, tais elementos contidos nos pronunciamentos da candidatura petista proferidos no HGPE produziram sentidos que apontam na direção de um momento que contraria as afirmações positivas feitas nos programas eleitorais da candidatura tucana, indicando seus aspectos negativos e insuficientes. Contrariando em partes as indicações de Almeida (2000) e Kucinsk (20000), entendemos que o contexto construído pela mídia (Miguel, 1999) e o sentimento positivo em torno do Plano Real (Soares, 1998; Azevedo, 2000; Venturi, 2000) dificultaram e até mesmo limitaram a amplitude da crítica construída pela candidatura petista, ainda que o cenário macroeconômico apresentasse índices de piora para a sociedade como um todo.

Momento 2: Aperfeiçoamento da política econômica (do Plano Real)

Na eleição de 1994, uns dos sentidos construídos pela candidatura peessedebista durante o HGPE remetia a incapacidade de Lula como gestor público devido sua inexperiência, defendendo que se Lula fosse eleito o Real corria riscos de não avançar e, inclusive, ser encerrado. Esse sentido foi classificado por Freitas (2018, p. 574-575) como “manutenção do Real”. De forma contrária, a candidatura petista, quase que em resposta, afirmava que iria manter o Real, mas com melhorias, e

criticava a forma como a candidatura tucana tratava esse tema, buscando “causar medo no eleitor”. Desse modo, esses sentidos foram classificados por Freitas (2018, p. 581) como “aprimoramento do Real e resposta à política do medo”.

Na eleição de 1998 novos sentidos surgiram.

LULA: Em 94 diziam que eu ia acabar com o Real, e agora em 98 a volta da mesma ladainha: “o Lula vai acabar com o Real”. Em primeiro lugar, gente, é preciso compreender que o Real é uma moeda e todo país precisa de uma moeda forte. O que nós queremos fazer é mudar, é fazer com que essa moeda chegue ao seu bolso, mudando o modelo econômico. Ao invés de um modelo econômico que só importa do exterior gerando desemprego aqui dentro, nós queremos aumentar nossa capacidade de produção para exportarmos mais para gerar emprego aqui dentro. Nós queremos reduzir os juros para facilitar com que os empresários tenham acesso ao dinheiro para gerar mais empregos para o pequeno e médio agricultor (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 26/09/1998).

195

O retorno da “política do medo” de que Lula iria acabar com o Real fez com que o candidato petista tivesse de se posicionar em relação à moeda e à política econômica brasileira. Lula garante que irá manter a moeda, mas mudará o modelo econômico implementado pelo governo FHC. Com isso, Lula indica que, com a garantia da moeda forte, se eleito, governará no sentido de aumentar a produção e a exportação, buscando gerar empregos aqui no Brasil. Com relação aos elementos já apresentados, na eleição de 1998 novos sentidos são atribuídos ao modelo que seria implementado pelo governo petista, apresentando seu compromisso com a própria estrutura econômica; tais sentidos servem, além de resposta à “política do medo”, como panorama de “aperfeiçoamento da política econômica (do Plano Real)”.

LULA: Há tempos eu estou alertando o povo brasileiro da gravidade da crise que estamos enfrentando, e o governo está, mais uma vez, tentando esconder o tamanho da crise, tomando medidas paliativas que só vão agravar a crise no futuro. A única medida concreta que o governo tomou foi aumentar a taxa de juros. Você que tem dívidas para pagar, que fez um crediário, que está tendo que usar o cheque especial, você que é funcionário público e que precisou tomar dinheiro emprestado de agiotas, porque está há 4 anos sem reajuste,

responda com sinceridade: quem se beneficia com o aumento da taxa de juros? É você, que deve, ou é o seu credor? Com o Brasil é a mesma coisa. O aumento dos juros não beneficia o país que é devedor, beneficia somente os agiotas internacionais que nos emprestam dinheiro. Pois bem, vou repetir, com todas as letras, as soluções que precisam ser tomadas. Primeiro, defesa da moeda e das reservas nacionais. Segundo, redução da taxa de juros para a produção. Terceiro, adoção de uma política de emergência para a criação de novos empregos. Quarto, acabar com o tratamento desigual que o Brasil recebe da Organização Mundial do Comércio quando exporta seus produtos. No meu governo, vamos trocar o atual modelo de juros altos, câmbio valorizado e importações predatórias, por um modelo de investimento na produção industrial, na produção agrícola e nas exportações. Pra isso acontecer, dê uma chance ao Brasil (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 12/09/1998).

196

Ficam expostas, no excerto acima, as críticas à condução da economia pelo governo FHC e as etapas da proposta de mudanças e melhorias que seriam implementadas caso Lula fosse eleito. A posição política adotada pela candidatura de FHC e a complacência da grande mídia em relação aos fatos políticos que ocorreram antes e durante a eleição de 1998, o que favoreceu a candidatura tucana (Miguel, 1999), dificultou a construção de um discurso mais radical por parte da candidatura petista. Nesse sentido, a “necessidade” de apresentar um projeto melhor estruturado e indicando uma oposição mais clara e objetiva em relação ao governo FHC, como entendido por Almeida (2000) e Kucinsk (2000) quanto à visão hegemônica dominante naquele contexto político/eleitoral, acabou sendo barrada em certa medida pelo sentido de incertezas construído pela candidatura peessedebista. Essa ação e esses sentidos fizeram com que a candidatura de Lula se mostrasse menos radical a determinados pontos, como o Plano Real em si.

Desenvolvendo uma posição antagônica ao discurso peessedebista, Brizola (PDT), vice de Lula (PT) em 1998, trata sobre os caminhos adotados pelo governo FHC. Além das políticas já adotadas pelo governo peessedebista, suas ações, segundo o pronunciamento do candidato a vice da chapa comandada pelo PT, se reeleito, serão negativas para o povo. Nessa passagem, como veremos, são identificados sentidos que podem ser lidos como “política eleitoreira e limitada”. Por outro lado, sua conclusão

indica sentidos que buscam desconstruir o “preconceito” do eleitor brasileiro com Lula. Vejamos:

BRIZOLA: Povo brasileiro, eu gostaria de me dirigir a vocês neste momento com toda força do meu coração e de meus sentimentos. Nós estamos diante de uma encruzilhada, estamos diante de 2 caminhos. Um é a continuidade de tudo isso que está aí com a reeleição. Podemos nós continuar com esse quadro de incertezas, de insegurança, de ameaças? Agora mesmo estão eles preparando um pacote, estão preparando um conjunto de medidas drásticas, cruéis, contra o nosso povo. Uma verdadeira punhalada pelas costas. Contam os votos, como fizeram com [a moeda] o Cruzado, e depois vêm com a traição. Do outro lado nós possuímos o caminho da esperança. É verdade que muita gente tem preconceito, mas não tenha meu irmão! Vamos confiar, vamos votar em alguém que pensa como nós, que é igual a nós, a ti, a mim, a todos nós! (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 19/09/1998).

197 Segundo Brizola, se FHC for reeleito o Brasil será governando por incertezas, inseguranças e ameaças. Tais sentimentos se materializam no pacote pretendido pelo governo FHC que, com a reeleição, tomaria medidas drásticas para o povo, se caracterizando, segundo Brizola, como uma traição com quem acreditou no Real e no projeto econômico proposto por FHC. Além disso, outros elementos produzem sentido no entendimento de que Lula representa o contrário de tudo que foi feito pelo governo tucano. Assim, Brizola trata a questão da desconfiança que a maioria do eleitorado tem com Lula, chamando de preconceito, e pedindo que os eleitores não ajam assim, pois, conforme seu pronunciamento, Lula representaria suas demandas por ser igual a eles. Esses elementos apresentam sentidos que constituem um entendimento de que Lula e o PT iriam manter o Real e aperfeiçoá-lo, além de responder às críticas feitas pela campanha de seu opositor que, segundo o entendimento da campanha eleitoral do PT, estaria ligada à “política do medo”.

Ao fazer uma relação entre geração de emprego e juros mais baixos, a passagem a seguir anuncia o seguinte:

LULA: Todo brasileiro vai ter uma chance de um emprego. Meu governo vai dar crédito com juros baixos para quem quiser produzir e gerar empregos. De onde eu vou tirar esse dinheiro? Do mesmo lugar

que esse governo atual tirou muitos bilhões para financiar a compra de algumas de nossas estatais. Pense nisso (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 20/08/1998).

Lula faz uma crítica à política econômica adotada pelo governo FHC, dizendo que o governo financiou a privatização de estatais brasileiras. Ao mesmo tempo, indica mudanças em relação à mesma política.

Num pronunciamento amplo, Lula apresenta novas críticas ao modelo econômico implementado pelo governo FHC e sinaliza as mudanças que pretende fazer caso eleito.

LULA: Minha querida dona Eunice, eu entendo muito bem o que a senhora está sentindo, porque eu também já sinto isso. Muitos brasileiros estão se sentindo assim, abandonados, sem futuro, sem esperança. Aí eu me pergunto: se não é para cuidar do povo, para que serve um governo? Isso sempre foi assim no Brasil. Tá na hora de mudar esse país. Tá na hora de ter um governo que aumente o poder de compra do seu salário. Um governo que ajude a dividir com justiça toda riqueza que essa terra tem. Tá na hora de um governo que garanta a estabilidade econômica, apoiando todos que querem plantar, produzir gerar empregos. Você sabe que é possível crescer sem inflação. Tá na hora de um governo corajoso, que faça a reforma agrária de verdade, e que não aceite um brasileiro se quer com fome. O Brasil tem um povo trabalhador, cheio de esperança. Tem dinheiro suficiente para resolver os problemas da saúde, da educação e até da moradia. O que faltou até agora foi vontade, e pra nós, vontade é o que não falta (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 20/08/1998).

198

Começando de forma “íntima” como se estivesse numa conversa restrita e apresentando suas desilusões em relação ao governo FHC, o candidato petista logo parte para crítica em relação ao modelo econômico implementado pelo governo tucano. Mesmo em 1998 já podiam ser sentidas, mesmo que ainda levemente, às instabilidades da política econômica que se agravaria a partir de 1999 (Fortes e French, 2012, p. 203). Por isso esse “tom” no pronunciamento de Lula. No entanto, como já mencionado em outras passagens, se comparada com contextos políticos/econômicos anteriores ao governo FHC, em 1998 ainda se verificava a estabilidade conquistada após 1994. Por isso, mesmo que viesse a acontecer o que Lula afirmava, as melhorias com o

governo peessedebista ainda eram sentidas. A crítica ao projeto econômico do governo FHC e as propostas de mudanças de modo geral indicadas pela candidatura petista, mesmo não se referindo de forma direta ao Plano Real, um plano econômico de sucesso, mesmo com seus problemas pontuais e estruturais, não ecoavam na sociedade em virtude do contexto político, social e econômico daquele momento.

Com isso, podemos verificar que o “momento 2” do discurso da candidatura petista articulou sentidos diversos que buscavam descaracterizar a política econômica do governo FHC e apresentar melhorias em relação a estrutura econômica do país. Nessas críticas o “Plano Real” nunca foi mencionado, nem mesmo nas propostas de mudanças. No entanto, tudo girava em torno da política econômica (do Plano Real) no governo FHC.

As deficiências da política econômica (do Plano Real) no governo FHC

Foi possível verificar, a partir dos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PT na eleição 1998 uma relação entre elementos dispersos que geravam sentidos diferentes em relação ao plano econômico (do Plano Real). Constituída uma relação entre esses elementos, foi possível identificar que a candidatura petista se mostrava contrária à forma como a política econômica estava sendo estruturada e utilizada pela candidatura tucana, bem como pelo governo de FHC.

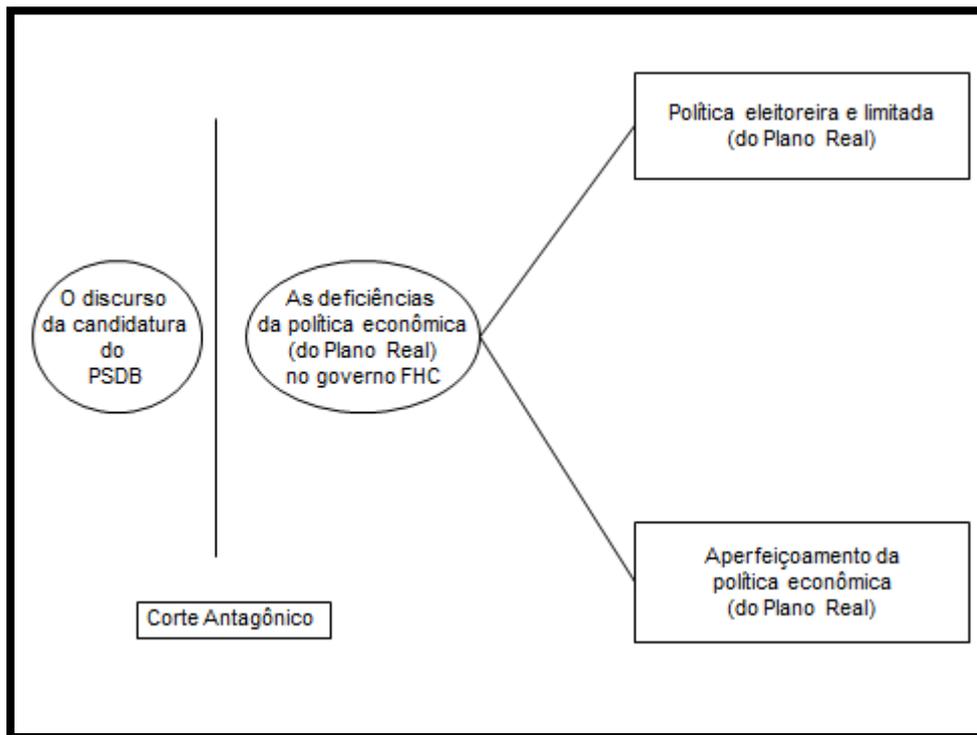
O primeiro momento identificado foi “política eleitoreira e limitada (do Plano Real)”. O que marcou esse momento discursivo foi a retomada de afirmações já ventiladas na eleição de 1994. No entanto, no contexto da eleição de 1998 novos sentidos deram o tom da contrariedade da candidatura petista. A candidatura do PT buscou denunciar o plano econômico (do Plano Real) como um artifício eleitoreiro, trazendo para o debate informações sobre a economia brasileira e mundial e os problemas que o país atravessava e iria enfrentar num futuro próximo. Além disso, a candidatura petista informava a limitação do plano econômico sem mencionar de forma direta o Plano Real, mas defendendo a necessidade de mudanças estruturais na política econômica adotada no governo FHC.

O segundo momento percebido foi “aperfeiçoamento da política econômica (do Plano Real)”. Um dos principais sentidos construídos pela candidatura petista informava que não iria acabar com o Plano Real (como plano econômico) e com a moeda Real, e nem agiriam de forma irresponsável em relação à economia; iriam realizar reformas com o objetivo de aumentar a produção com a diminuição dos juros. O objetivo do aperfeiçoamento era o de reestruturar a política econômica visando o social.

Portanto, a candidatura petista construiu um discurso criticando a forma como o plano econômico (do Plano Real) estava sendo implementado pelo governo tucano (a disputa antagônica em si). Deste modo, a articulação dos momentos “política eleitoreira e limitada (do Plano Real)” e “aperfeiçoamento da política econômica (do Plano Real)” originaram o discurso “As deficiências da política econômica (do Plano Real) no governo FHC”.

Figura 2 - Discurso da campanha eleitoral de 1998 de Lula do PT.

200



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1998).

6. Considerações finais

A eleição de 1994 para presidente da República foi marcada pela centralidade do debate em torno do Plano Real (Mendes e Venturi, 1994; Amaral, 1995; Jorge, 1995; Almeida, 1996; Miguel, 1997; Porto e Guazina, 1999; Mendes, 2004; Oliveira, 2005). Além disso, a eleição em questão também foi o marco inicial da relação antagônica entre os partidos PSDB e PT, em que o Plano Real se constituiu como o ponto nodal dessa disputa (Freitas, 2018). Passados quatro anos, a eleição de 1998 recolocou no cenário político/eleitoral brasileiro PSDB e PT como as principais candidaturas à Presidência da República e o Plano Real, como plano econômico, como o principal tema antagonicamente instituído e seus sentidos novamente disputados. Ou seja, além da importância do Plano Real nessa eleição (Soares, 1998; Azevedo, 2000; Venturi, 2000), verificou-se, também, sua centralidade na disputa política eleitoral e no conflito político entre os partidos estudados e as candidaturas de FHC e Lula.

201

A candidatura do PSDB construiu um discurso que colocou o Plano Real como elemento fundamental para que se mantivesse a estabilidade econômica. A articulação dos momentos em torno do discurso “As conquistas com o Plano Real” apresentou sentidos variados originados dos momentos “mudanças positivas com o controle da inflação” e “melhoramento e manutenção do Real”. Em parte, isso reflete a “retórica da reeleição” (Machado, 2009). Em oposição, e em grande medida em resposta às afirmações feitas nos programas do PSDB, o Plano Real também foi o ponto nodal do discurso da candidatura petista. Seus momentos foram “política eleitoreira e limitada (do Plano Real)” e “aperfeiçoamento da política econômica (do Plano Real)”, que constituiu o ponto nodal e o discurso da candidatura petista “As deficiências da política econômica (do Plano Real) no governo FHC”.

De forma complementar aos achados de Colling (2000) e Miguel (1999, 2002), e corroborando com seus apontamentos sobre o Plano Real, verificamos que a continuidade da relação antagônica entre as candidaturas de PSDB e PT bem como a recorrência do debate em torno do Plano Real e seu reflexo na economia nacional, refletida na população brasileira, foram elementos importantes para essa eleição em se tratando de conquista do voto. Ampliando essas interpretações, percebemos que,

para uma melhor compreensão da eleição presidencial de 1998, os aspectos oriundos da eleição presidencial de 1994 (diga-se, o Plano Real) devem ser levados em consideração quando analisados no sentido eleitoral da eleição de 1998. Deste modo, o fato de em 1998 as duas principais candidaturas terem sido novamente as do PSDB e PT e o tema central do debate envolvendo conflito político ter sido o Plano Real, evidenciou a conexão com as campanhas eleitorais desses partidos com a eleição de 1994, bem como redimensionou a relação antagônica. Por isso, e entendendo ser essa uma contribuição relevante para estudos dessa natureza, constatamos que não só o papel da grande mídia na eleição de 1998 teve efeito sobre o resultado da eleição (seu silêncio em relação às candidaturas), mas a própria disputa discursiva entre as principais candidaturas.

As melhorias propiciadas pelo Plano Real impulsionaram o debate político em torno das questões econômicas e ajudou, sobremaneira, na reeleição de FHC. Em virtude disso, contrariando, em partes, os achados de Almeida (2000) e Kucinski (2000), percebemos que a própria dinâmica eleitoral sofreu influência. O PT e Lula, por isso, se viram impedidos de se colocarem contra o Plano Real de forma aberta. No entanto, a candidatura petista construiu um discurso crítico ao modelo econômico, o que remete, de forma indireta, ao Plano Real. Assim, enfatizamos aqui que essa dinâmica antagônica entre as candidaturas de PSDB e PT em torno do Plano Real (como plano econômico), além da influência da grande mídia e de seus programas jornalísticos – ou sua ausência no debate político (Colling, 2000; Miguel, 1999, 2002) –, é outro fator relevante que teve influência na decisão do eleitor, pois a moeda Real ainda era recente e suas “conquistas” ainda ecoavam na sociedade como um todo. O ressurgimento do Plano Real no debate e seus desdobramentos antagônicos ajudaram a clarificar a “importância” do Real para o projeto político/econômico brasileiro, bem como quem era o “criador” do Plano, de forma similar a da eleição de 1994. Sendo assim, novamente a relação antagônica entre as principais candidaturas “favoreceu” a candidatura do PSDB, pois até a posição petista reconhecia o “pai” do Real como sendo FHC. Nesse sentido, o Plano Real foi fulcral nessa eleição, o que confirmamos a partir de uma releitura da teoria do discurso de Laclau e Mouffe.

Por fim, e levando em consideração os processos eleitorais subsequentes, o “silenciamento” dos principais jornais da grande mídia acarretou prejuízos para a competição eleitoral, para a democracia e para a cultura democrática no país, como indicado por Rubim (2002). Afirmamos isso em virtude do que verificamos no processo eleitoral estudado durante o HGPE: o conflito político emergente entre as candidaturas estudadas na eleição presidencial de 1998 se mostrou fator relevante no sentido da dinâmica democrática. O processo eleitoral de 2018, que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro do PSL, um “outsider” da “insider” política, ou, dito de outra forma, um “ilustre desconhecido” nos corredores do Congresso e, principalmente, do Planalto, mostrou que a atuação da grande mídia de forma constante contra ou a favor de uma posição política se mostra muito mais efetiva que seu afastamento ou mesmo sua tentativa de neutralidade. Mesmo receosa com a posição “radical” de Bolsonaro, a grande mídia ajudou a criminalizar a política de esquerda e o PT (Miguel, 2019, p. 122-123) ao longo desses 29 anos de redemocratização, enfatizada após casos de corrupção em 2005, o que favoreceu a candidatura de à Presidência da República Bolsonaro em 2018.

203

Assim sendo, a disputa política que emerge durante os processos eleitorais não deve ser lida unicamente a partir da ação dos principais veículos informativos da grande mídia. Verificamos uma vez mais que a própria dinâmica apresenta suas características que interferem na vontade do eleitor e sua interpretação sobre cenários passados e futuros; as disputas antagônicas que ocorrem entre os programas veiculados durante o HGPE buscam desconstruir as candidaturas concorrentes. Dito de outra forma, a novidade desse estudo não é a de indicar a relevância do Plano Real para a eleição de 1998, por mais que isso tenha sido constatado por outro ângulo que não o convencional de estudos dessa natureza (Soares, 1998; Azevedo, 2000; Venturi, 2000). É, então, estabelecer que o antagonismo entre candidaturas se mostra elemento considerável num processo político e eleitoral. A partir dos apontamentos de Figueiredo, Aldé, Dias, e Jorge (2000), Figueiredo e Aldé (2003), Figueiredo (2007) e Mundim (2010; 2012), de que o HGPE é um dos aspectos relevantes que influenciam o voto, consideramos que o antagonismo emergente entre candidaturas é o ponto

manifesto dessa relação e da influência produzida pelo e no HGPE com a capacidade de sedimentar ou de desconstruir informações de uma candidatura pela outra.

Nesse sentido, como já realizado em outro estudo (Freitas, 2018), tratando da eleição de 1994, esse retorno ao passado se deu por entendemos que os principais estudos sobre o HGPE não levaram em consideração o papel do conflito político na formação e formatação dos programas eleitorais de ambas as candidaturas, e entendendo ser essa dimensão mais uma faceta que revela a importância do HGPE no processo de tomada de decisão por parte do eleitor, pois possibilita uma construção interpretativa a partir dos próprios programas eleitorais. Entendemos que a construção de sentidos antagônicos possibilita a desconstrução de uma candidatura pela outra, o que auxilia na tomada de decisão por parte do eleitor. Ainda, identificamos nessa eleição, de 1998, como sendo a reconfiguração do primeiro momento antagônico entre os partidos PSDB e PT a nível nacional. Outros processos antagônicos podem ser verificados nas eleições de 2002 e 2006 (Freitas, 2019). Com relação à eleição de 2018, podemos afirmar que outros elementos antagônicos emergiram entre as candidaturas de PSDB e PT, bem como entre PSDB e PSLe PT e PSL, abrindo novas frentes de pesquisas e interpretações de realidades eleitorais.

204

Referências

ALMEIDA, Jorge (1996). *Como vota o brasileiro: perfil ideológico do eleitor e evolução nas pesquisas de opinião de 1994*. São Paulo: Casa Amarela.

ALMEIDA, Jorge(2000). “Reflexões sobre o Marketing de Lula em 98”, em RUBIM, A. (org.) *Mídia e Eleições 98*. João Pessoa: Editora da UFPB; Salvador: Edições FACOM.

AMARAL, Roberto (1995). “Em busca do significado das eleições de 1994 (reflexões sujeitas a chuvas e trovoadas)”. *Comunicação & Política*, vol. 1, nº 3, pp. 5-48.

ALVES, Mércia; MARTINS, Joyce (2019). “De Protagonista a Coadjuvante: o declínio do PSDB na eleição de 2018. Texto apresentado no *Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica)*, realizado entre os dias 15 e 17 de maio de 2019, em Brasília. Disponível em: http://ctpol.unb.br/wp-content/uploads/2019/04/gt2_Alves_Martins.pdf. Acesso: 05 de dez. 2019.

AZEVEDO, Fernando (2000). “Imprensa, Campanha Presidencial e Agenda da Mídia, em RUBIM, A (orgs.). *Mídia e Eleições 98*. João Pessoa: Editora da UFPB; Salvador: Edições FACOM.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo(1998). “Identidade versus competência: o debate televisivo nas eleições presidenciais”. *Comunicação & Política*, vol. 3, nº 1, pp. 56-72.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. Proposta de Emenda Constitucional 1/1995. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=24953>. Acesso: 04 de dez. 2019.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República (1997). *Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997* [online]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em: 27 mar. 2019.

COLLING, Leandro (2000). *Agendamento, enquadramento e silêncio nas eleições presidenciais de 1998*. Dissertação (Mestrado) em Comunicação. Bahia: Universidade Federal da Bahia.

DIAS, Márcia (2013). “Nas brumas do HGPE: a imagem partidária nas campanhas presidenciais brasileiras (1989 a 2010)”. *Opinião Pública*, vol. 19, nº 1, pp. 198-219.

FIGUEIREDO, Rubens, RIBEIRO, Ricardo(2000). “La elección presidencial de 1998 em el Brasil: La campaña de La reelección”, em PRIESS, F.;SOLDEVILLA, F. (org.). *Campañas electorales y medios de comunicación en América Latina*. Buenos Aires: Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo Latinoamericano.

205

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloísa; JORGE, Vladimyr (2000). “Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral”, emFIGUEIREDO, R. (org.). *Marketing Político e Persuasão Eleitoral*. São Paulo: Konrad Adenauer.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra (2003). “Intenção de voto e propaganda política: Efeitos e gramática da propaganda eleitoral (Notas para um debate)”. In: *12º Encontro da Anual da Compós*. Anais do 12º Encontro da Anual da Compós, Recife, 2003.

FIGUEIREDO, Marcus (2007). “Intenção de voto e propaganda política: Efeitos da propaganda eleitoral”, *Logos*, vol. 27, nº. 2, p. 9-20.

FORTES, Alexandre; FRENCH, John (2012). “A ‘Era Lula’, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo”. *Tempo Social*, vol. 24, nº1, pp. 201-228.

FREITAS, Felipe Corral (2018). “O primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT”. *Opinião Pública*, vol. 24, nº 3, pp. 547-595.

FREITAS, Felipe Corral (2019). “Antagonismo e Propaganda Eleitoral: os discursos de PSDB e PT na eleição de 2002”. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 50, nº 1, pp. 475-524.

JORGE, Vladimir (1995). *Eleição presidencial de 1994 e os meios de comunicação de massa: uma análise da Propaganda Eleitoral Gratuita de Fernando Henrique Cardoso e*

Luiz Inácio Lula da Silva na televisão. Dissertação (Mestrado) em Ciência Política. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

KUCINSK, Bernardo (1998). *A Síndrome da Antena Parabólica: Ética no Jornalismo Brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

KUCINSK, Bernardo (2000). *As Cartas Ácidas da Campanha de Lula de 1998*. São Paulo: Ateliê Editorial.

LACLAU, Ernesto (2000). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. 2ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión.

LACLAU, Ernesto (2011). *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

LACLAU, Ernesto (2013). *A Razão Populista*. São Paulo: Três Estrelas.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (2015). *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq.

MACHADO, Mônica(2009).“A retórica da reeleição: mapeando os discursos dos programas eleitorais (HGPE) em 1998 e 2006”. *Opinião Pública*, vol. 15, nº 1, pp. 159-189.

206

MENDES, Antonio; VENTURI, Gustavo(1994).“Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco”. *Opinião Pública*, vol. 2, nº 2, pp. 59-72.

MENDES, Gabriel (2004). *Da Frente Brasil Popular à aliança capital e trabalho: as campanhas de Lula a presidente de 1989 a 2002*. Dissertação (Mestrado) em Ciência Política. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

MIGUEL, Luis Felipe (1997). “Mídia e discurso político nas eleições presidenciais de 1994”, *Comunicação & Política*, vol. 4, nº 1, pp. 80-96.

MIGUEL, Luis Felipe (1999). “Mídia e Eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo”. *Dados*, vol. 42, nº 2, pp. 253-276.

MIGUEL, Luis Felipe (2002). *Política e mídia no Brasil: episódios da história recente*. Brasília: Editora Plano.

MIGUEL, Luis Felipe. (2019). *O Colapso da Democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo – Expressão Popular.

MUNDIM, Pedro (2010). “Um modelo para medir os efeitos da cobertura da imprensa no voto: teste nas eleições de 2002 e 2006”. *Opinião Pública*, Vol. 16, nº. 2, pp. 394-425.

MUNDIM, Pedro (2012). “Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006”. *Revista de Sociologia & Política*, vol. 20, nº. 41. pp. 123-147.

OLIVEIRA, Francisco (1998). *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes.

OLIVEIRA, Luiz Ademir (2005). *A disputa política na televisão: uma análise das estratégias discursivas dos candidatos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral*. Dissertação (Mestrado) em Ciência Política. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

PLANALTO. Emenda Constitucional 16/1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm. Acesso: 04 de dez. 2019.

PORTO, Mauro; GUAZINA, Liziane (1999). "A política na TV: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994". *Revista Contracampo*, vol. 3, nº 3, pp. 5-33.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL. LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em 04 de dez. 2019.

RUBIM, Antonio; Albino Canelas (Orgs.) (2000). *Mídia e Eleições 98*. João Pessoa: Editora da UFPB; Salvador: Edições FACOM.

207 RUBIM, Antônio(2002). "Visibilidade e estratégias nas eleições presidenciais de 2002 no Brasil: política, mídia e cultura". *Civitas*, vol, 2, nº 2, pp. 327-350.

SOARES, Murilo(1998). "A Retórica da Consagração: o Discurso de FHC aos Empresários", em RUBIM, A.; BENTZ, I.; PINTO, M. (org.). *Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos*. Petrópolis: Vozes.

VENTURI, Gustavo (2000). "Imagem Pública, Propaganda Eleitoral e Reeleição na Disputa Eleitoral de 1998", em RUBIM, A (orgs.). *Mídia e Eleições 98*. João Pessoa: Editora da UFPB; Salvador: Edições FACOM.

Recebido em 15 de agosto de 2019

Aprovado em 10 de dezembro de 2019

<https://doi.org/10.31990/agenda.2019.3.7>